

*Os jovens brasileiros no mercado de trabalho**

Ana Amélia Camarano, Maria Tereza Pasinato,
Marcela Rocha Arruda e Nicolas Emilio Lovisololo

1 - Introdução

Sob o cenário das transformações observadas na virada do século, novos desafios se colocam pelo regime demográfico dos últimos 50 anos. Um deles se destaca por sua complexidade: o crescente envelhecimento populacional brasileiro, que ocorre na presença de um expressivo contingente de jovens e adolescentes (15 e 24 anos). Ambos são resultantes de altas taxas de natalidade; o primeiro num passado mais longínquo e o segundo num passado mais recente. Embora as mulheres nascidas nas décadas de 1950 e 1960 apresentassem níveis de fecundidade muito mais baixos do que as suas mães, o seu grande volume faz com que a população continue a crescer ainda por um tempo considerável. Esse crescimento populacional, denominado inércia demográfica, é um dos determinantes do significativo número de jovens deste começo de século. O que leva a se pensar que o Brasil é ainda um país de jovens.

Esse desafio se soma a outro, que é o decorrente da reestruturação econômica e da adoção de novas tecnologias. Esta é, ao mesmo tempo, menos dependente de mão-de-obra e demandante de uma capacitação profissional maior dos jovens em busca de sua primeira experiência empregatícia. As últimas décadas foram marcadas por profundas transformações: a quebra do padrão de crescimento vigente entre o fim da Segunda Guerra e a crise do petróleo na década de 70, com a redução da participação relativa do trabalho industrial. A soma dos dois desafios resulta numa pressão sobre um mercado

de trabalho cada vez mais retraído e com maiores exigências de qualificação profissional, em que, apesar dos ganhos de escolaridade observados nas últimas décadas, tem deixado à margem crescentes contingentes jovens.

Este artigo analisa, brevemente, as características do processo de inserção no mercado de trabalho do subgrupo populacional de 15 a 24 anos, aqui denominado jovem. Pretende-se avaliar em que medida essa inserção é diferenciada da população adulta e como ela tem evoluído nas últimas duas décadas. Baseia-se nos dados das PNADs de 1981 e 1999 e está se considerando apenas o Brasil como um todo. As diferenciações regionais nesse processo serão consideradas em outro trabalho.

A preocupação com essa questão não se dá só pela magnitude desse segmento, mas também pelo seu momento no ciclo vital, o de transição entre a infância e a vida adulta, e pelas dificuldades que estão experimentando num contexto de carência de políticas públicas específicas. Ainda que as fragilidades inerentes às crianças e aos idosos, por exemplo, sejam mais perceptíveis, não se deve permitir que a dualidade da condição dos jovens obscureça a condição de fragilidade que caracteriza a transição de sua condição inativa, perante as responsabilidades sociais, para a maturidade da idade adulta. Além disso, ressalta-se a importância de se enten-

* Esta nota técnica apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento no IPEA, desenvolvida no âmbito do projeto Rede-IPEA, que analisa as condições de vida dos jovens brasileiros.

der o processo de inserção dos jovens na força de trabalho para que se possa visualizar as mudanças na composição da PEA, visto que representam a força de trabalho futura.

2 - O perfil social dos jovens brasileiros

Segundo o Censo de 1980, a população de brasileiros com idade compreendida entre 15 e 24 anos era de aproximadamente 25,1 milhões, o que correspondia a 23% do total da população brasileira e 31,7% da PIA nacional. Em 1996, observou-se que essas proporções diminuíram para respectivamente 19,8% e 24,9%. Não obstante, o número absoluto de jovens saltou para 31,2 milhões, em função do crescimento vegetativo. Tanto em 1980 quanto em 1996, aproximadamente a metade desse contingente era formada por homens e a outra metade por mulheres.

Supõe-se que o grupo a ser estudado, o de 15 a 24 anos, é bastante heterogêneo. Por exemplo, parte desse contingente já deveria ter terminado o ensino médio e o curso superior e deveria estar se preparando para a entrada no mercado de trabalho. No entanto, observa-se no Brasil que amplas parcelas desse contingente não apresentam níveis educacionais condizentes com a idade e já participam do mercado de trabalho. E, mais grave ainda, é o fato de uma expressiva parcela dos adolescentes entre 15 e 17 anos participar do

mercado de trabalho com níveis de escolaridade baixos.

A Tabela 1 apresenta a evolução do papel social dos jovens brasileiros em 1981 e 1999 no que se refere a sua participação no mercado de trabalho e frequência à escola. Devido à heterogeneidade do grupo, ele foi dividido em três subgrupos, 15-17, 18-19 e 20-24 anos. Pode-se perceber um significativo aumento, para ambos os sexos e todos os grupos etários, da percentagem de jovens que apenas frequentam a escola e que, além disso, estudam e trabalham. Em termos relativos, os maiores ganhos na proporção que só estuda ou combina estudo e trabalho ocorreram entre as mulheres e se concentraram no subgrupo populacional de 18 a 19 anos. A única exceção foram as mulheres de 20 a 24 anos que só estudam, que apresentaram ganhos relativos mais elevados do que as de 18 e 19 anos. Como conseqüência, aumentou a escolaridade desse contingente, conforme se pode ver pela Tabela 2.

Já em 1981, o número médio de anos de estudo dos jovens do sexo feminino era superior ao do sexo masculino, sendo a diferença tanto maior quanto mais jovem a faixa etária analisada. Em 1999, podem ser observados ganhos de escolaridade para ambos os sexos, sendo estes maiores para o contingente feminino e para o segmento mais jovem. É sabido que ganhos de escolaridade,

TABELA 1
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS POR OCUPAÇÃO E FREQUÊNCIA À ESCOLA SEGUNDO GRUPOS DE IDADE — 1981 E 1999

	ESTUDA E É OCUPADO		É SÓ OCUPADO		SÓ ESTUDA		NEM ESTUDA NEM É OCUPADO	
	1981	1999	1981	1999	1981	1999	1981	1999
HOMENS								
15 - 17	19,7	27,8	38,9	13,7	32,7	50,6	8,7	7,9
18 - 19	16,8	24,7	56,4	35,1	16,2	26,5	10,6	13,7
20 - 24	11,4	16,1	74,0	61,8	5,9	8,6	8,7	13,5
15 - 24	15,4	21,9	58,0	40,0	17,4	26,5	9,1	11,7
MULHERES								
15 - 17	9,8	15,6	22,3	6,4	43,2	63,0	24,7	15,0
18 - 19	12,0	18,4	28,4	18,9	24,0	34,3	35,6	28,4
20 - 24	8,6	12,9	34,0	35,2	8,7	13,4	48,7	38,5
15 - 24	9,7	15,0	28,8	22,3	23,6	34,0	28,7	37,8

Fonte: IBGE, PNADs de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.

TABELA 2
BRASIL: NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS POR SEXO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE — 1981 E 1999

	HOMENS		MULHERES	
	1981	1999	1981	1999
15 - 17	4,3	5,8	4,7	6,5
18 - 19	5,2	6,8	5,6	7,6
20 - 24	5,6	7,0	5,9	7,9
15 - 24	5,1	6,6	5,5	7,4
15 - 55	4,5	7,4	4,2	6,7

Fonte: IBGE, PNADs de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.

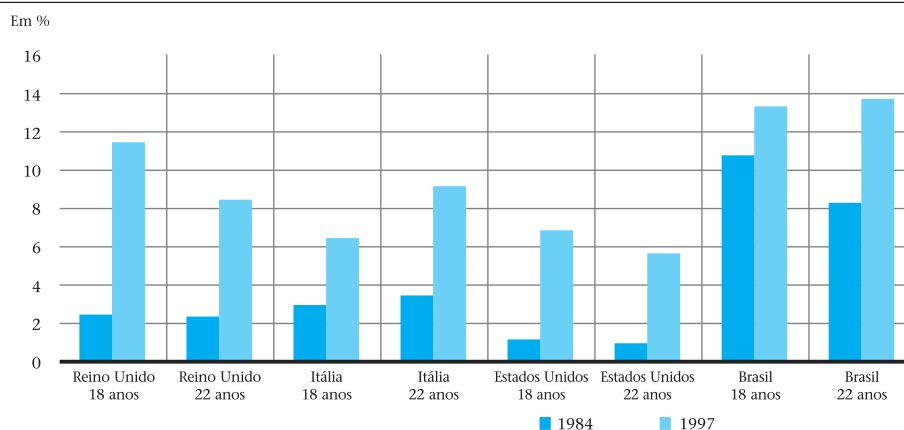
em especial para o contingente feminino, representam melhores possibilidades de exercício da cidadania, taxas de fecundidade mais baixas, estando também fortemente correlacionados com uma participação maior no mercado de trabalho. Por outro lado, a proporção de jovens que apenas eram ocupados diminuiu. Essa redução foi maior entre a população masculina e os grupos etários mais jovens. A referida proporção aumentou ligeiramente para as mulheres de 20 a 24 anos, o que é condizente com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

A proporção dos jovens que nem estudam e nem são ocupados diminuiu entre as mulheres. Entre os homens, isso só ocorreu para aqueles que tinham de 15 a 17 anos, sendo que para a faixa etária de 20-24 anos o incre-

mento foi de 56%. Considerando o conjunto da população jovem, essa proporção aumentou de 23,6% para 35,1%. Esse comportamento é condizente com o observado para jovens do sexo masculino residentes em alguns países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — ver Gráfico 1. No entanto, a referida proporção apresenta-se mais alta para os jovens brasileiros nos dois grupos etários e dois anos considerados. Surge, então, a questão: quem são esses jovens? A Tabela 3 tenta responder a essa pergunta para o ano de 1999.

Uma parcela não-desprezível desse contingente está procurando trabalho — 47,2% dos homens e 21,8% das mulheres, proporção esta crescente com a idade. A situação dos indivíduos na família é bastante diferenciada entre os sexos. Aproximadamente 80% dos

GRÁFICO 1
PERCENTAGEM DE JOVENS DO SEXO MASCULINO QUE NÃO ESTUDAM E NEM TRABALHAM POR IDADE INDIVIDUAL E PAÍS SELECIONADO — 1984 E 1997



Fontes: OECD School to work database, 1984 e 1997 e IBGE, PNADs de 1981 e 1999.
Nota: Os dados do Brasil referem-se a 1981 e 1999.

TABELA 3
BRASIL: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NEM SÃO
OCUPADOS POR GRUPOS DE IDADE — 1999

	HOMENS				MULHERES			
	15-17	18-19	20-24	TOTAL	15-17	18-19	20-24	TOTAL
PROPORÇÃO DE JOVENS NESSA CATEGORIA ^a	7,9	13,7	13,5	11,7	15,0	28,4	38,5	28,7
ESCOLARIDADE MÉDIA (ANOS DE ESTUDOS)	4,1	6,1	6,4	5,8	4,8	6,2	6,5	6,1
PROPORÇÃO DE JOVENS À PROCURA DE EMPREGO ^b	30,4	46,8	54,6	47,2	16,3	22,3	23,2	21,8
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	96,7	95,8	94,2	95,2	95,6	94,9	94,0	94,4
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NA FAMÍLIA								
CHEFE	1,4	6,1	15,0	9,7	10,3	11,5	11,2	11,2
CÔNJUGE	0,1	0,2	1,0	0,6	36,3	47,9	62,5	55,0
FILHO	86,3	84,1	72,8	78,7	44,3	34,8	22,1	28,5
OUTROS ^c	12,2	9,6	11,2	11,0	9,1	5,8	4,2	5,3
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS	-	-	-	-	5,0	14,3	25,8	16,5

Fonte: IBGE, PNAD de 1999. Tabulações especiais do IPEA.

Nota: ^a Em relação à faixa etária total.

^b Que trabalham na semana de referência, mas não trabalhavam no dia da entrevista.

^c Outro parente, agregado e pensionista.

joventes do sexo masculino encontravam-se na categoria de filhos; proporção esta que decresce com a idade. No entanto, 73% dos jovens de 20-24 anos ainda moravam com os seus pais. O fato de eles não estarem inseridos no mercado de trabalho pode ser um entrave importante para o processo de constituição de suas famílias.

Por outro lado, 55% das mulheres eram cônjuges e 11,2% eram chefes de família, ou seja, já tinham formado as suas próprias famílias. Essa proporção cresce com a idade. Para as mulheres, o processo de constituição de família pode ser um impedimento para a vida profissional e/ou escolar. Devendo-se levar em conta também que 16,5% delas já tinham tido filhos.

3- Mudanças na inserção do jovem no mercado de trabalho

Entre as principais questões relacionadas especificamente ao contingente de jovens na sociedade, salienta-se a transição de uma posição de dependência econômica, social e política para a sua emancipação e assimilação das condições de cidadania. Nesse aspecto, a emancipação econômica, entendida como a passagem de um período do ciclo de vida caracterizado pela inatividade para um período ativo, apresenta, atualmente, novos

complicadores, como as mudanças no mundo do trabalho.

O mercado de trabalho encontrado pelos jovens de hoje é muito diferente do mercado encontrado pelos seus pais. Os contratos de trabalho são piores, expandiram-se os contratos temporários e a informalidade aumentou. De forma geral, os jovens de hoje recebem salários mais baixos e estão mais desprotegidos, não contando com o acesso aos benefícios de uma rede de proteção social — como, por exemplo, os benefícios previdenciários, de saúde e seguro-desemprego. Por outro lado, observam-se crescentes obstáculos para a obtenção do primeiro emprego.

Existem inúmeras hipóteses para as elevadas taxas de desemprego observadas entre os jovens em todo o mundo, dentre as quais podemos citar: a demanda agregada, os salários dos jovens, o tamanho da coorte e a sua falta de qualificação. Em relação ao primeiro ponto, a maior vulnerabilidade do contingente jovem residiria por tautologia em sua própria juventude. Ao mesmo tempo em que os jovens, justamente por serem jovens, enfrentariam menores pressões sociais e morais para a opção pelo desemprego voluntário, também as empresas sofreriam maiores pressões ao ter que escolher, em casos de recessão ou crise financeira, pela demissão

de um jovem em contraposição à demissão dos demais trabalhadores em idade adulta. Outra questão que reforça esse ponto é a possibilidade de que a legislação trabalhista ofereça menor proteção a esse contingente, mesmo que indiretamente. No caso brasileiro, as multas por rescisão de contrato estabelecem cálculos com base no tempo trabalhado. Quer dizer, o custo de oportunidade para a demissão do contingente jovem é menor do que o do contingente adulto em caso de flutuações na demanda agregada da economia.

As mudanças mais expressivas em relação à inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho foram verificadas para o contingente feminino, traduzidas num aumento deste. Isso é condizente com o aumento generalizado da participação feminina no mercado de trabalho em curso no Brasil, desde a segunda metade dos anos 60. O Gráfico 2 ilustra o aumento das taxas de participação feminina, que ocorreu para as mulheres jovens com mais de 18 anos.¹ Entre os homens, notou-se um decréscimo nessa participação, que se verificou em todas as idades, especialmente entre as mais jovens. No conjunto pode se dizer que a participação dos jovens no mercado de trabalho não se alterou. A mudança havida foi na composição por sexo.

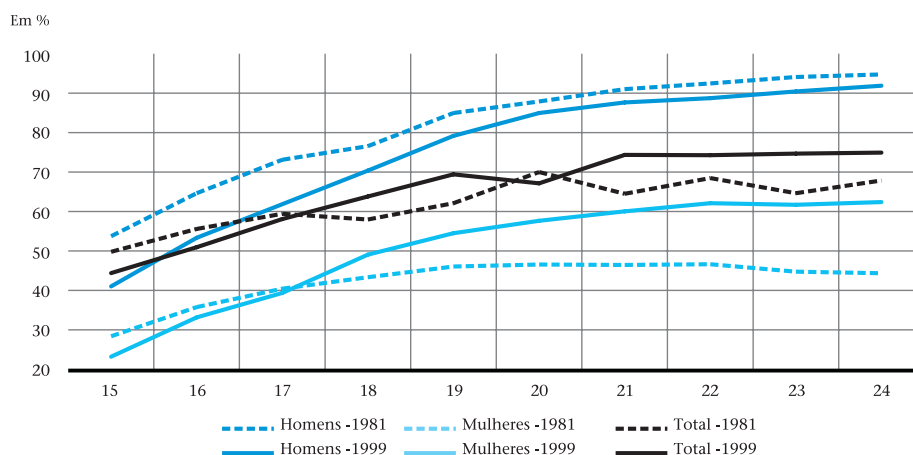
Enquanto em 1981 65% da PEA jovem eram constituídos por homens, essa proporção

declinou para 60% em 1999. A pergunta que se faz é em que medida essa mudança na composição da PEA reflete uma inserção maior das mulheres no mercado de trabalho ou é indicativo de uma precarização maior das relações de trabalho. Na composição do emprego feminino, aumentou a proporção do emprego doméstico; esta passou de 10,9% para 24,2%. Esse aumento foi basicamente na categoria emprego sem carteira. Aumentou também a participação das outras ocupações entre as mulheres sem carteira. Já a taxa de desemprego da população masculina aumentou 1,5 vez e a feminina 3,2 vezes. Como será visto posteriormente, os rendimentos mensais da população jovem diminuíram entre 1981 e 1999. No entanto, enquanto para a população masculina a redução foi de 47%, para a feminina ela foi de 62%.

O Gráfico 3 apresenta as taxas de desemprego da população brasileira por sexo e idades simples em 1981 e 1999. Como se pode observar, ao mesmo tempo em que o desemprego juvenil é bastante mais alto do que o do restante da população, cerca de duas vezes maior, o desemprego, de forma geral, parece ter mudado de patamar, tendo passa-

1. O conceito de trabalho utilizado na PNAD mudou em 1992. Isso significa dizer que os conceitos de ocupados e desocupados de 1981 são diferentes dos de 1999. Para possibilitar a comparação entre os dois anos, considerou-se na PNAD de 1999 como ocupados apenas aqueles que trabalhavam mais de 15 horas semanais.

GRÁFICO 2
BRASIL - TAXAS DE PARTICIPAÇÃO POR IDADE INDIVIDUAL E SEXO — 1981 E 1999



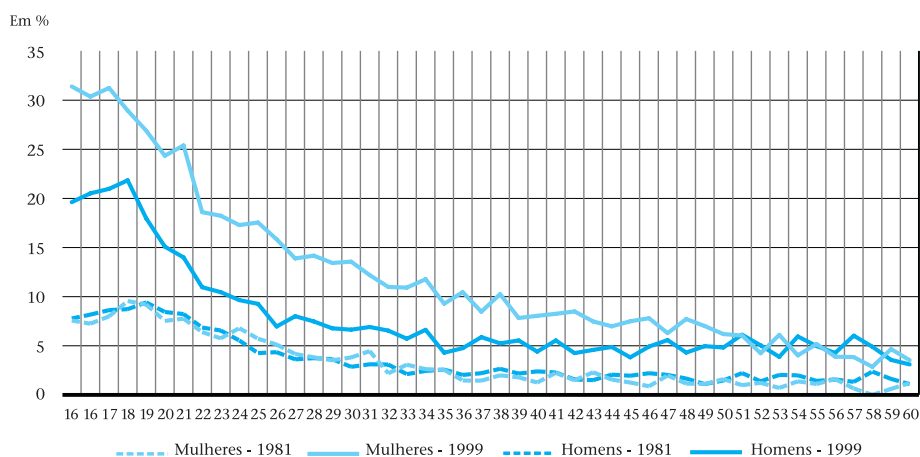
Fonte: IBGE, PNADs de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.

do, entre o total da população masculina, de uma taxa média de 4% em 1981 para 8% em 1999. Essa taxa é bem mais elevada entre as mulheres do que entre os homens e a mudança de patamar foi mais acentuada. A taxa de desemprego do conjunto da população feminina passou de 4,4% para 13,6%. Entre a população jovem masculina, a variação foi de 7,9% para 15,8% e entre a feminina, de 7,6% para 24,5%.

Considerando apenas as taxas de desemprego do segmento jovem, observa-se que tanto para homens quanto para mulheres os maiores incrementos ocorreram para o seg-

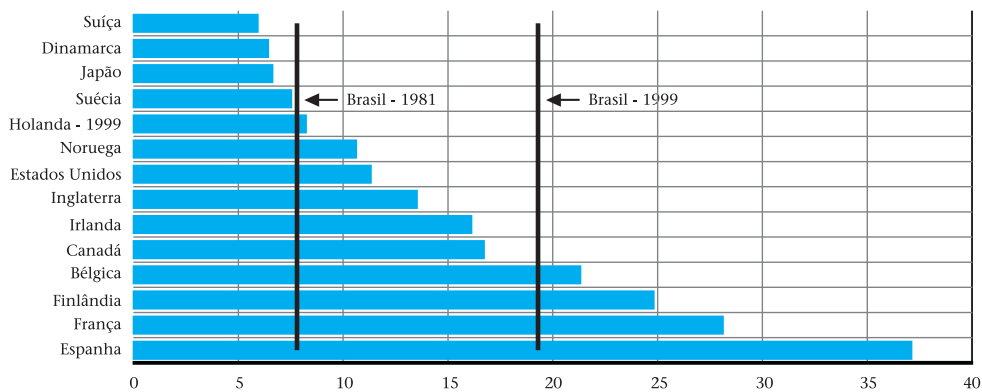
mento de 15 a 19 anos. Esse segmento já apresentava tanto em 1981 quanto em 1999 as maiores taxas de desemprego. Os incrementos observados foram significativamente mais elevados para a parcela feminina, que passou a apresentar taxas quase 50% mais altas do que a masculina. A taxa de desemprego em 1999 dos jovens brasileiros comparada à dos países da OCDE é bastante alta. Mesmo a taxa de desemprego juvenil observada 1981 ainda é superior à atual taxa verificada para os países com *estados de bem-estar* mais desenvolvidos, como Suécia, Suíça, Dinamarca e Holanda (ver Gráfico 4).

GRÁFICO 3
BRASIL - TAXAS DE DESEMPREGO POR IDADE INDIVIDUAL E SEXO — 1981 E 1999



Fonte: IBGE, PNADS de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.

GRÁFICO 4
TAXAS DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO JOVEM (15-24 ANOS) POR PAÍSES SELECIONADOS — 1997



Fontes: OTT, 1999 e IBGE, PNADS de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.

TABELA 4
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO
GRUPOS DE IDADE E SEXO — 1981 E 1999

	EMPREGADO COM CARTEIRA		EMPREGADO SEM CARTEIRA		CONTA PRÓPRIA		EMPREGADOR		NÃO-REMUNERADO	
	1981	1999	1981	1999	1981	1999	1981	1999	1981	1999
HOMENS										
15 - 17	22,0	14,6	43,9	42,3	5,9	7,7	0,1	0,1	28,2	35,3
18 - 19	33,4	30,0	39,9	39,6	9,0	10,5	0,3	0,3	17,4	19,6
20 - 24	49,6	43,9	27,2	30,8	13,9	15,5	1,1	1,6	8,2	8,1
15 - 24	38,5	34,3	34,5	35,2	10,6	12,7	0,7	1,0	15,7	16,7
25 - 55	43,7	42,0	19,9	18,0	29,6	31,8	5,8	6,8	1,0	1,3
MULHERES										
15 - 17	21,4	15,3	50,3	49,5	6,6	6,9	0,0	0,0	21,6	28,3
18 - 19	39,9	36,3	39,6	45,2	6,4	6,0	0,0	0,2	14,1	12,3
20 - 24	52,4	45,8	29,2	35,0	8,9	9,3	0,3	0,6	9,2	9,2
15 - 24	40,9	37,8	37,5	40,0	7,7	8,1	0,2	0,4	13,8	13,6
25 - 55	38,1	43,6	24,7	23,6	25,1	19,5	1,3	3,0	10,7	10,3

Fonte: IBGE, PNADs de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.

TABELA 5
BRASIL: PROPORÇÃO DE CONTRIBUINTES PARA ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E SEXO — 1981 E 1999

	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	1981	1999	1999	1999	1981	1999
15 - 17	22,0	15,7	22,1	16,9	22,0	16,1
18 - 19	35,0	29,3	41,2	38,5	37,2	32,8
20 - 24	56,2	45,7	57,8	49,6	56,7	47,2
15 - 24	42,2	35,6	44,1	40,9	42,9	37,6
25 - 55	63,0	53,8	52,9	52,0	59,9	53,1

Fonte: IBGE, PNADs de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.

A Tabela 4 permite observar as transformações verificadas ao longo das décadas de 80 e 90 no que diz respeito à informalização das relações de trabalho e, mais especificamente, como estas afetaram o contingente jovem. Enquanto aproximadamente 38,5% dos jovens do sexo masculino e 40,9% dos do sexo feminino trabalhavam com carteira de trabalho assinada em 1981, em 1999 essas proporções declinaram para 34,3% e 37,8%, dos homens e das mulheres, respectivamente. Isso ocorreu em prol de um aumento do peso das atividades não-remuneradas, por conta própria e sem carteira.

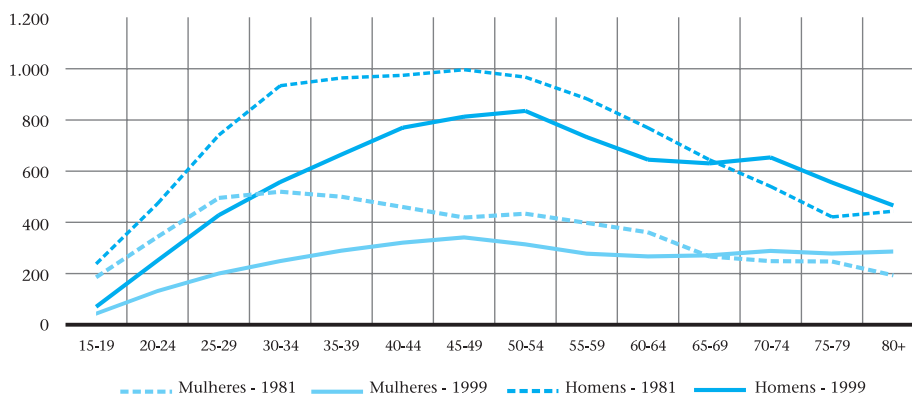
Considerando que a inserção em atividades com carteira de trabalho assinada significa uma “boa” inserção, observa-se que houve

uma piora nessa inserção para todas as idades e sexo. A redução na proporção dos trabalhadores com carteira afeta mais o segmento mais jovem. Isso ocorreu em prol de um aumento na proporção de homens por conta própria e não-remunerados e mulheres sem carteira. Como já se mencionou, o emprego doméstico cresceu entre as mulheres.

Um outro indicador da precarização das relações de trabalho é dado pela baixa proporção de jovens trabalhando sem estar contribuindo para a Previdência Social. Em 1981, aproximadamente 42% dos jovens 15 a 24 anos contribuía para um regime previdenciário, em 1999 essa proporção se reduziu para 38% (Tabela 5). Essa redução ocorreu em todos os grupos etários, sendo

GRÁFICO 5
BRASIL: RENDIMENTO MÉDIO DE TODAS AS FONTES POR GRUPOS DE IDADE
E SEXO — 1981 E 1999

Em reais de 1999



Fontes: IBGE, PNADs de 1981 e 1999. Tabulações especiais do IPEA.
Nota: Os valores de 1981 foram deflacionados pelo INPC.

inclusive mais expressiva no grupo 20-24 anos. A proporção de contribuintes femininas é maior do que a masculina, o que deve estar associado ao peso do trabalho doméstico. As implicações desses indicadores para a qualidade de vida atual e futura dos jovens brasileiros são bastante desalentadoras: empregos mais precários no presente e desproteção para, até mesmo, contingências de risco bastante previsíveis, como desemprego, acidentes de trabalho, perda de capacidade laboral.

Uma outra variável importante para definir a “qualidade” das relações de trabalho é rendimento. Na análise dessa variável por faixa de idade e sexo, observa-se uma redução para toda a população menor de 65 anos (Gráfico 5). A redução foi maior para os grupos etários mais jovens e para as mulheres.

4 - Considerações finais

Do que foi visto nesta breve nota, pode-se concluir que nos 18 anos de intervalo da análise a inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho ficou mais difícil, especialmente para os homens. Embora ganhos substanciais nos níveis de escolaridade tenham sido observados, as taxas de atividade dos homens jovens diminuíram, as de desemprego ficaram mais altas, as relações de trabalho são mais informais e os rendimentos mais baixos. Já a participação feminina

aumentou, o que se deu principalmente no emprego doméstico. Há indicações de que no período considerado a inserção no mercado de trabalho ficou mais difícil para todos os segmentos populacionais, mas essa dificuldade foi mais intensa para os jovens.

As mulheres iniciam o processo de formação de suas famílias mais cedo do que os homens. Isso afeta a sua participação no mercado de trabalho. Por outro lado, as dificuldades enfrentadas pelos jovens do sexo masculino na sua inserção têm levado que uma proporção maior destes estivesse fora da escola, fora do mercado de trabalho e vivendo ainda com os pais. Ou seja, retardando o processo de formação de suas famílias.

Diante do quadro traçado, levantam-se algumas questões com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para o problema:

- O desemprego no começo da carreira profissional de uma pessoa pode afetar de forma permanente sua capacidade produtiva futura.
- As barreiras ao emprego podem impedir uma transição mais fluida da adolescência à idade adulta, com implicações sobre os padrões de formação de família. É de se esperar relações entre a falta de emprego dos jovens e os problemas como delinquência, tráfico

de drogas, violência, gravidez precoce etc. A esses problemas, associa-se o aumento do número de mortes por causas externas neste grupo etário.

c) Altas taxas de desemprego juvenil podem provocar desapontamentos com respeito à ordem social e política, tendo como resultado o surgimento de movimentos juvenis radicais.

Configurado o caráter estrutural do desemprego e a demanda por maior qualificação da força de trabalho no novo modelo de regulação econômica, a existência de um amplo contingente de jovens, que poderão vir a não usufruir de uma vida laboral peregrina e com isso não construir as condições de acumulação necessárias para a manutenção de seu padrão de vida na inatividade (em idade avançada), pode implicar a necessidade de crescentes despesas com políticas sociais para o contingente marginalizado da sociedade.

Cabe ao Estado, através da sua posição de formulador e gestor de políticas públicas, criar ou possibilitar maiores e melhores condições para o enfrentamento de um momento difícil na vida dos indivíduos, como a transição no ciclo de vida de jovem para adulto, principalmente no que se refere aos direitos e deveres deste grupo para com a sociedade e vice-versa.

BIBLIOGRAFIA

BRUNO. C. French youth unemployment: an overview. Geneva: ILO, 1998, 24p (Employment and Training Papers, 23).

GROSS. D. M. Youth unemployment and youth labor market policies in Germany and Canada. Geneva: ILO, 1998, 46p (Employment and Training Papers, 37).

O'HIGGINS, N. The challenge of youth unemployment. Geneva: ILO, 1997, 71p (Employment and Training Papers, 7).

OIT. Emplear a los jóvenes: promover un crecimiento intensivo en empleo. Ginebra Informe preparado para el Simposio Inter Regional sobre Estrategias para Combatir el Desempleo y la Marginalización de los Jóvenes. 13-14 de diciembre, 1999.

POCHMANN, M. A inserção ocupacional e o emprego dos jovens. São Paulo: ABET, 1998.

